

Temer veta trechos da LDO que possibilitariam investimentos no setor público em 2019

Entre os vetos está trecho que permitia concursos públicos fora de um limite específico do teto de gastos.

Em depoimento o deputado Eni Verri afirmou que a EC 95/16 terá que ser revista.

Para ele não há como sobreviver até 2019 com o que chamou de vetos injustos e desonestos.

Verri acrescentou que será impossível montar o orçamento de 2020 com a Emenda Constitucional 95.

O relator da LDO também criticou os vetos do governo em áreas sociais. Saúde, educação e outros setores essenciais serão afetados.

Os vetos ainda terão que passar por análise do Congresso.

A Condsef/Fenadsef seguirá trabalhando para que sejam derrubados garantido recursos para que o setor público cumpra seu papel de atendimento à população.

Fonte: Condsef



Sindsep/MA convoca servidores da Funasa

A Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindsep/MA convoca os seguintes servidores, aposentados e pensionistas da Funasa, a comparecerem à sede do sindicato, em caráter de urgência, para tratarem questões referentes ao processo Nº 542/1991 da 1ª Vara do trabalho (Plano Bresser).

A entidade informa ainda que os mesmos devem trazer os seguintes documentos: Registro Geral (Identidade), CPF, Cartão da Conta Corrente ou Poupança, e um contracheque.

- Alberto Reis da Silva
- Dilson Bruzaca Santos
- Edvan de Sousa Lopes
- Francisco de Paulo Passos
- Francisco do Carmo Rodrigues
- Francisco Ferreira Nava Filho
- Jackson Anjos Simas
- Jomar Rolland Braga Filho
- Jorge Oliveira de Meneses
- José Alves Matos
- José Ribamar Barbosa de Azevedo
- José Ribamar Gomes
- Luís Pereira de Sá

- Manoel do Nascimento Silva
- Manoel Pereira Ataíde
- Maria Carvalho Melo
- Maria da Graça Araújo Furtado
- Maria José dos Santos França
- Mário Salgado Gomes
- Paulo Mendonça Correa
- Raimundo Aranildo Pinheiro
- Robison Sebastião Dias
- Sebastião Lopes do Nascimento
- Tarciso Ferreira Fonteles
- Vanilda Rabelo da Silva

Doação de alimentos para o Mesa Brasil

O Sindsep/MA e o SESC estão mais uma vez trabalhando em conjunto no projeto Mesa Brasil, que visa a doação de alimentos não perecíveis.

A campanha de doação de alimentos iniciou-se ontem, 20, até a sexta-feira, 24 de agosto.

Os alimentos podem ser entregues na sede da entidade, na Rua Newton Bello, 524, Monte Castelo, no horário de 08 às 12h, e de 14 às 18h.

O Mesa Brasil é uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício. Seu objetivo é contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social.

Trata-se essencialmente de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, baseado em ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos

padrões de comercialização, mas que ainda podem ser consumidos.

Assim, o Mesa Brasil busca onde sobra e entrega onde falta. De um lado, contribui para a diminuição do desperdício, e de outro reduz a condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos. Em ambos os polos desse percurso, as estratégias de mobilização e as ações educativas incentivam a solidariedade e o desenvolvimento comunitário.



Brasil é um grande paraíso fiscal para os mais ricos

A atual lógica de tributação no Brasil precisa ser invertida para se cobrar mais impostos sobre renda e patrimônio, e menos sobre o consumo. Do jeito que está hoje, os mais pobres são penalizados, enquanto os mais ricos concentram riqueza ano após ano. Especialistas em tributação, reunidos em Porto Alegre para o lançamento do livro *A Reforma Tributária Necessária - Diagnósticos e Premissas*, analisaram a situação brasileira durante o evento realizado na terça-feira (14) e sugeriram algumas medidas urgentes para que o Brasil possa reduzir a imensa desigualdade que condena milhões de pessoas à pobreza.

O livro, que pode ser baixado aqui (arquivos em PDF), conta com a contribuição de 42 especialistas e foi elaborado pela Federação Na-

cional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip).

Os autores sugerem que a reforma tributária no Brasil seja pautada por oito premissas:

- 1- Ser pensada na perspectiva do desenvolvimento;
- 2- Ser adequada para fortalecer o Estado de Bem-estar Social;
- 3- Promover sua progressividade pela ampliação da tributação direta (tributação da renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas; tributação internacional para combater a evasão e os paraísos fiscais; tributação das transações financeiras; e tributação da propriedade e a riqueza;
- 4- Promover sua progressividade pela redução da tributação indireta;
- 5- Restabelecer as bases do

equilíbrio federativo;

- 6- Considerar uma tributação ambiental;
- 7- Aperfeiçoamento da tributação sobre o comércio internacional;
- 8- Fomentar ações que resultem no aumento das receitas, sem aumentar a carga, pela revisão das renúncias fiscais e pelo combate à evasão fiscal.

Um segundo livro será lançado ainda este ano com sugestões de medidas para se aumentar a tributação da renda, patrimônio e transações financeiras no país. Desta maneira, estimam os economistas, seria possível aumentar a arrecadação brasileira em R\$ 400 bilhões. Por outro lado, haveria cortes de impostos sobre o consumo e folha salarial da ordem de R\$ 280 bilhões.

Fonte: CUT